

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem, por este meio, alertar para a falta de profissionais no Instituto Português de Oncologia (IPO) de Lisboa, falta essa que está agora a colocar em risco tratamentos de radioterapia, não só dos doentes acompanhados no IPO, mas também dos doentes oncológicos que são enviados pelo Centro Hospitalar de Lisboa Central e pelo Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental.

Segundo aquilo que se sabe, esta falta de profissionais pode resultar na paragem de alguns aparelhos de radioterapia, colando desta forma inúmeros doentes em risco de ficarem sem acesso a tratamentos essenciais. Sabemos que no ano passado, foram tratados 2713 doentes, no Serviço de Radioterapia, mas 1260 doentes tiveram de ser enviados para o sector privado, tendo sido apresentada ao estado uma fatura de dois milhões e meio de euros.

Os aparelhos em questão utilizados nos tratamentos de radioterapia são aparelhos altamente sofisticados que exigem a presença de físicos médicos. O IPO de Lisboa possui 7 destes equipamentos, denominados de aceleradores lineares, contudo, escasseiam os profissionais necessários para a sua operacionalização.

Estes profissionais especialistas em física médica são de extrema importância para unidades como é o caso do IPO, uma vez a Física Médica é o uso dos conhecimentos da física em medicina e a sua aplicação mais comum é em imagens médicas e em radioterapia.

Porém, a escassez destes profissionais deve-se, essencialmente, ao vazio legal em torno do seu reconhecimento. Já em 2018, foi publicado o Decreto-Lei n.º 108/2018, de 3 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da proteção radiológica. Para além do estabelecimento desse regime jurídico, define-se o papel do especialista em física médica, assim como as suas responsabilidades e contribuições.

A realidade é que estamos em 2021, e mesmo depois da aprovação de um Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, e várias perguntas endereçadas ao Ministério da Saúde, para

que se proceda à publicação da portaria para o reconhecimento dos especialistas em física médica, o Governo continua sem garantir a publicação dessa portaria.

O Bloco entende que é urgente a publicação da portaria de reconhecimento do físico médico e que sejam garantidas condições de trabalho e de remuneração que sejam as suficientes para cumprir os rácios.

Contudo, e fazendo uma leitura mais abrangente desta situação, este é, no entender do Bloco de Esquerda, um reflexo claro da falta de políticas por parte do Governo para fixar profissionais. Com o fim do Estado de Emergência, só entre 1 de maio e 4 de junho, o IPO de Lisboa viu sair 50 enfermeiros, médicos, técnicos superiores, assistentes e auxiliares e a realidade é que o Governo nem dá luz verde às contratações necessárias, nem garante a autonomia das instituições nas contratações, para não terem de ficar à espera de luzes verdes que parecem nunca serem dadas.

Sabe-se que o Ministério da Saúde se comprometeu com a contratação de 36 enfermeiros, 26 assistentes operacionais, quatro físicos médicos e 12 técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, mas o Ministério das Finanças ainda não autorizou a contratação destes 78 profissionais de saúde. Aqui está um resultado das práticas descritas no paragrafo anterior, facilmente solucionadas através da garantia da autonomia das instituições.

O Bloco tem alertado ainda que situações como estas podem ser facilmente resolvidas, basta o Governo garantir uma revisão e melhoria das carreiras e das remunerações dos profissionais de saúde para os fixar no Serviço Nacional de Saúde. Não garantir que o SNS é atrativo para os profissionais é abrir a porta à saída para setor privado.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Saúde conhecimento da situação em que se encontram os tratamentos de radioterapia do IPO de Lisboa?
2. De que forma pretende a tutela assegurar o pleno funcionamento dos serviços do IPO de Lisboa de forma a responder a todos os utentes?
3. Tem o Governo previsões de quando será publicada a portaria para o reconhecimento dos especialistas em física médica?
4. Tem o Governo intenções de proceder à imediata contratação destes profissionais de forma a garantir a operacionalidade dos aceleradores lineares no IPO de Lisboa?
5. Entende o Governo a necessidade de garantir uma real revisão das carreiras e das remunerações de forma a fixar profissionais no SNS, evitando desta forma a sua saída para o setor privado?
6. Tem o Governo intenções de garantir a necessária autonomia das instituições de forma a evitar a escassez de profissionais por falta de autorizações do Ministério das Finanças?
7. Relativamente aos 78 profissionais de saúde ainda sem autorização para a contratação, tem o Governo previsão de quando é que serão autorizadas estas contratações necessárias?

Palácio de São Bento, 26 de julho de 2021

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)

MARIANA MORTÁGUA(BE)

PEDRO FILIPE SOARES(BE)

BEATRIZ GOMES DIAS(BE)

JORGE COSTA(BE)

ISABEL PIRES(BE)